

# manifesto

ISSN: 1645-5940

TEMAS SOCIAIS E POLÍTICOS

FUNDADOR: MIGUEL PORTAS / DIRETOR: NUNO SERRA

Nº 5 / 2ª SÉRIE / OUTONO E INVERNO 2020/21 / €9,50 / PUBLICAÇÃO SEMESTRAL



## A PASSIVA REVOLUÇÃO AMBIENTAL CAPITALISTA

por CLIVE L. SPASH

**ATUALIDADE** João Rodrigues e Nuno Teles **E já só há o Estado a que isto chegou** / José Castro Caldas **O súbito industrialismo de todos os partidos e as possibilidades de reindustrialização em Portugal** / Paulo Pedroso **A Covid-19 e a desigualdade** / Isabel do Carmo e João N. Rodrigues **O Serviço Nacional de Saúde e a Covid-19** / André Carmo **A Visão Estratégica de Costa Silva ou, mais uma vez, a crise como oportunidade** **PRESIDENCIAIS** Daniel Oliveira **Nas margens do Rubicão** / Ana Benavente **O meu apoio? Marisa Matias. Porquê? Múltiplas razões** / Joana Manuel **O João Ferreira tem o meu voto** **ENTREVISTA PRINCIPAL** por José Vítor Malheiros **José Reis: «Precisamos de um programa de insubmissão»** **CONTRADITÓRIO** **A UNIÃO EUROPEIA ESTEVE À ALTURA NA RESPOSTA À CRISE?** Margarida Marques **Desta vez temos uma resposta europeia à crise** / José Gusmão **Acordo no Conselho Europeu: pensar em grande e omitir os detalhes** **DOSSIÊ** **ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E CRISE AMBIENTAL** Filipa Vala **Entrevista a Francisco Ferreira** / Clive L. Spash **A passiva revolução ambiental capitalista** / Robert Pollin **Defender os Comuns Globais com um Novo Pacto Verde Global** / José Gusmão, Marisa Matias e Vicente Ferreira **Verdes Planos** / Vera Ferreira **Justiça na Transição? Rumo à neutralidade carbónica em Portugal** / Frederico Francisco **Os limites do planeta, a tecnologia que nos vai salvar e a injustiça climática** / Heloísa Apolónia **Desvalorização do Ambiente – Um erro político de custo elevado** / Jorge Costa **Energia, transição climática e propriedade pública** / Isabel Mendes Lopes, Jorge Pinto e Carlos M. G. L. Teixeira **Pós-Covid-19: Um novo paradigma para a mobilidade?** / Vasco Paiva **Agricultura, floresta e desenvolvimento rural** / João Santos Pereira **Florestas e ambiente** / Ana Margarida Esteves **Desenvolvimento Regenerativo: Comunidade, resiliência ecológica e economia solidária** **OPINIÃO: ELEIÇÕES AMERICANAS** Miguel Vale de Almeida **Não são todos iguais** / João Rodrigues **Antes e depois do suspiro de alívio** **MEMÓRIA** Sérgio Godinho **ZMB** **PORTFÓLIO** Joana Villaverde **«Animals nightmare»** **RECENSÃO** Henrique Sousa **«Poderes sindicais em debate»** **FILME** Paula Cabeçadas Bacurau **FOTOGRAFIA** Sebastião Pernes **«Ondas»**



# A PASSIVA REVOLUÇÃO AMBIENTAL CAPITALISTA

por CLIVE L. SPASH

Há cinco décadas atrás, o movimento ambientalista era radical, progressista e de inspiração ecológica. Porque desafiava tanto o Estado produtivista como a empresa capitalista, o movimento foi domesticado: o meio ambiente foi transformado num ativo financeiro negociável e a ideia de limites para a economia transformou-se em “desenvolvimento sustentável” e em “crescimento verde”. De acordo com o *Production Gap Report* de 2019, até 2030, os níveis de produção global de combustíveis fósseis excederão em 50% o que seria consistente com a via de aquecimento global de 2°C e em 120% o que seria consistente com a via de 1,5°C. Não importa: a reivindicação predominante atualmente continua a ser que “o sistema” pode ser “ajustado” para lidar com crises sociais, ecológicas e económicas sem ter que se remover as suas estruturas empresariais ou capitalistas. Para evitar o desastre, os ambientalistas terão que ser claros e específicos sobre as ações que são necessárias.

**A**s pessoas que sofrem a injustiça ambiental – as pessoas de cor, as comunidades indígenas, os que vivem perto de fábricas poluentes, estradas movimentadas, aeroportos barulhentos, rios poluídos e em cima de depósitos de lixo tóxico – há muito que esperavam que o movimento ambiental fizesse alguma coisa. Há cerca de quarenta ou cinquenta anos, o movimento era radical, progressista e de inspiração ecológica. Demasiado radical e demasiado progressista, tanto para o Estado produtivista como para a empresa capitalista, o ambientalismo foi domesticado e tornado convencional. Após o ‘Relatório Brundtland’ de 1987, *Our Common Future* (“O Nosso Futuro Comum”), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>1</sup>, a ideia de limites para a economia foi convertida em desenvolvimento sustentável e em crescimento verde.

As organizações não governamentais de ambiente (ONGA) modernas falam apenas indiretamente – se é que falam – dos problemas sistêmicos por trás da degradação ambiental. Evitam discutir o capitalismo, as grandes empresas, o complexo militar-industrial e o crescimento económico. O “enquadramento” positivo preferido da situação é feito em termos de “esverdeamento” e de sustentabilidade, recorrendo a metáforas da nave espacial Terra, pegadas ecológicas e donuts económicos. Os ambientalistas usam as palavras fracas dos reformistas conservadores apoloéticos que têm medo de assustar as pessoas. Por exemplo, o *World Wide Fund for Nature* (WWF), uma organização que se preocupava com a natureza, agora declara que “ama as cidades” apoiando estilos de vida urbanos e tratando a natureza como capital. As ONGA afastaram-se do protesto e voltaram-se para o *marketing* verde, criando identidades empresariais com logotipos próprios e *t-shirts* para vender. Na era neoliberal do consumismo, as mensagens ambientais têm que ser vendidas em embalagens amigáveis. Os ambientalistas não devem mencionar ser anti-capitalistas, apoiar o decrescimento (*degrowth*), quererem estabilizar a população, proibir a poluição e manter os recursos no solo; mas dizer coisas boas e positivas, salvando animais fofinhos como os pandas. A dura realidade deve ser suavizada.

A partir da década de 80 e com a ascensão do neoliberalismo, as ONGA foram concluindo cada vez mais que comunicar preocupações ambientais exigia adotar a forma de discurso do poder predominante na sociedade – o financeiro. Os ecologistas adotaram a linguagem da economia referindo-se aos ecossistemas como bens e serviços, à natureza como capital, à poluição como uma “externalidade” fora da responsabilidade dos agentes económicos e ao acerto correto de preços como “a solução”. Em linha com os economistas convencionais, tudo deveria ser ponderado por forma a determinar o nível mais “eficiente” para poluir humanos e não humanos, bem como a taxa “ótima” de extinção das espécies. Vender o meio ambiente para o preservar tornou-se um credo aceite. No início do milénio, este “novo pragmatismo ambiental” estava pronto para dominar a legislação sobre as alterações climáticas, a biodiversidade e a sustentabilidade global.

### **Alterações climáticas induzidas pela ação humana**

Em 2006, Nicholas Stern, ex-Economista-Chefe do Banco Mundial, e os seus 22 colegas produziram um relatório<sup>2</sup> anunciado como a primeira abordagem “racional” às alterações climáticas geradas pela ação humana. Stern previa uma perda de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), a medida do sucesso de uma nação em expandir a riqueza da economia e foi amplamente citado por ambientalistas. De forma invulgar num relatório económico governamental, abordava-se a ética, a desigualdade distributiva e eventos catastróficos, mas o principal foco era a avaliação monetária do curso de ação ótimo e economicamente mais eficiente. Stern foi homenageado, tornando-se professor, e nomeado para a Câmara dos Lordes.

A chave para o sucesso de Stern foi descrever o controle de emissões de gases de efeito estufa (GEE) como uma oportunidade (e não como uma restrição) ao crescimento económico. As instituições financeiras poderiam ganhar muito com a negociação de licenças de poluição emitidas pelos governos. Uma oportunidade

de lucro rápido para negociantes de GEE, fornecedores de energia renovável e outros empreendedores. Os propagandistas mediáticos reagiram de imediato: “Lidar com as alterações climáticas é a estratégia pró-crescimento”. Os ambientalistas pragmáticos juntaram-se ao coro. A crise ambiental passou a ser uma oportunidade de investimento. A análise custo-benefício elaborada por Stern veio mostrar que as alterações climáticas eram um investimento com retornos positivos, um empreendimento macroeconómico lucrativo a que, depois, se acrescentou o mer-

**Em 2005, a União Europeia (UE) abriu o maior sistema de comércio de emissões do mundo (CELE). Este sistema provou ser suscetível à instabilidade de preços, a especuladores em busca de lucros rápidos, e à fraude em grande escala.**

cado de emissões e novos mercados de energia. Em vez de se perguntar se a humanidade deve esperar retornos positivos da prevenção de desastres climáticos, a questão passou a ser quão grande será o retorno e onde é que se deve investir primeiro para ganhar nesses mercados.

A ideia de um sistema de comércio de emissões, denominado ‘cap and trade’ nos EUA, foi fortemente promovida. Um mercado de emissões exige que um conjunto de poluidores dentro de uma determinada jurisdição controle diretamente as suas emissões ou compre licenças de poluição a outros poluidores. Em 2005, a União Europeia (UE) abriu o maior sistema de comércio de emissões do mundo (CELE), com transações anuais de cerca de 70 mil milhões de euros antes do colapso financeiro de 2008, e de 50 mil milhões de euros mais recentemente. Este sistema provou ser suscetível à instabilidade de preços, a especuladores em busca de lucros rápidos, e à fraude em grande escala. Permite-se que os poluidores recebam gratuitamente direitos de emissão que depois podem revender, ganhando milhões. Mas a força do poder empresarial é uma das principais influências na operação e no desenho dos mercados de emissões. Apesar destes problemas, os mercados de emissões expandiram-se internacionalmente e através da transação de compensações.

Estes mecanismos de compensação exigem que alguém (o fornecedor) execute uma atividade que reduza a concentração de GEE na atmosfera e receba um crédito por isso. O fornecedor vende esse crédito ao poluidor, que adiciona GEE à atmosfera. Em teoria, um cancelaria o outro e o saldo seria neutro em termos de emissões – é este o significado por trás da legislação das “emissões neutras”. A compensação de GEE significa que um poluidor consegue que outro evite poluir, absorva ou reduza o equivalente às suas emissões, compensando-as. As compensações de GEE, ou créditos, podem ser criados investimentando em vários tipos de projetos: florestação e utilização do solo, energias renováveis, eficiência energética, substituição de combustível, captura ou destruição de GEE. A eficiência de

mercado identifica as opções mais baratas, ou seja, explora o facto de os pobres venderem mais barato, levando-os a empreender reduções de GEE, o que permite aos mais ricos continuar a poluir. Os projetos de compensação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto (como barragens, incineradores de resíduos, parques eólicos, florestação comercial e plantações de palmeiras para óleo de palma) tanto contribuíram para aumentar como para reduzir o saldo de emissões.

Os sistemas de comércio de emissões têm sido notoriamente ineficazes no controle de emissões. De facto, as principais contribuições para a redução real de emissões de GEE foram: (i) o colapso da União Soviética e o fim das emissões in-

**Os sistemas de comércio de emissões têm sido notoriamente ineficazes no controle de emissões. De facto, as principais contribuições para a redução real de emissões de GEE foram: (i) o colapso da União Soviética e o fim das emissões industriais da Rússia e do Leste Europeu; (ii) a recessão associada à crise financeira de 2007-2008.**

dustriais da Rússia e do Leste Europeu; (ii) a recessão associada à crise financeira de 2007-2008. Ou seja, as reduções efetivas de GEE estão associadas a declínios significativos de crescimento económico e à redução da produção industrial e do consumo. A política internacional foi um fracasso.

A par do sistema de comércio de emissões obrigatório, há compensações voluntárias que são créditos não regulamentados de GEE emitidos por empresas (por exemplo, companhias aéreas) e grupos da sociedade civil, que também são comercializados. Este mercado estimula a ausência de uma preocupação com emissões de GEE, desde que se possa pagar por elas. Isso remove a responsabilidade moral e corrói as ações voluntárias (resultando, por exemplo, em se voar mais e não menos). Em 2019, as compras de compensações voluntárias estiveram em alta, um crescimento nas vendas atribuído ao ‘efeito Greta’. Por isso, na reunião de Davos em 2020, Greta sublinhou: “Não estamos a dizer para compensarem as vossas emissões pagando a outros [...] as emissões têm de parar [...] esqueçam o saldo neutro, precisamos do zero real”.

Estes esquemas desviam a atenção da necessidade imperiosa de evitar emissões, mudando o comportamento humano, as instituições e as infraestruturas. O seu objetivo é assegurar o crescimento de uma economia neoliberal.

Em 2014, a Comissão Global sobre Economia e Clima (GCEC) publicou “*Better Growth Better Climate: The New Climate Economy Report*” (“Melhor crescimento, melhor clima: o novo relatório económico do clima”), com Stern como economista principal. Sem surpresa, o relatório conclui que todos os países têm a oportunidade de construir um crescimento económico duradouro e, ao mesmo tempo, de reduzir “os imensos riscos das alterações climáticas”. Em 2018, a GCEC promoveu como manchetes “a história do crescimento inclusivo”, uma ‘economia verde’ em que o governo financia grandes empresas, esperando-se injeções de 90 biliões

de dólares na energia e noutras áreas da transição nas próximas décadas. Anuncia-se uma nova era de crescimento económico – rápida inovação tecnológica, investimento em infraestruturas, crescimento da produtividade dos recursos, do emprego, da poupança, da competitividade e das oportunidades de mercado.

O Acordo de Paris foi alvo destes mesmos interesses, bem como das ONG neoliberais que lhes estão associadas. Nat Keohane, do Fundo de Defesa Ambiental, vangloriou-se no seu *site* de como se pressionou nos corredores de Paris pela “abertura aos mercados”. Os negociadores de um *lobby* neoliberal de 18 países liderado pela Nova Zelândia pressionaram por um sistema de comércio de emissões. Esse objetivo foi concretizado, estando dissimulado na novilíngua internacional do Acordo. Não há menções a sistemas de comércio de emissões, mercados ou compensações – apenas se referem os “resultados de mitigação transferidos internacionalmente” (cláusula 108 e Artigo 6). Uma vez incluído no Acordo, a luta para estabelecer um sistema de comércio de emissões internacional tornou-se explícita e foi uma razão fundamental do fracasso das negociações da ONU em Madrid, em 2019.

No mesmo ano, mais de 3.000 economistas subscreveram a ideia de um imposto sobre o carbono, porque acreditam que substituir um sinal em forma de preço por regulamentações complexas promoverá o crescimento económico. Algumas empresas agora também preferem um imposto sobre o carbono a um sistema de comércio de emissões. Porquê? Porque é possível pressionar governantes para favorecer a redução de impostos e estabelecer isenções. Um imposto é estável, ao contrário dos preços num mercado de emissões. As empresas podem negociar a utilização de receitas fiscais numa “transição justa”: basicamente, conseguir que lhes paguem para passar de combustíveis fósseis a energias renováveis ou tecnologias relacionadas. As empresas temem ainda vir a ser responsabilizadas por causar deliberadamente danos a inocentes e acreditam que aceitar um imposto será o preço necessário para garantir a isenção de futuras reivindicações de danos e reparações. Como aconteceu com os grandes produtores de tabaco ou de amianto, a indústria dos combustíveis fósseis parece ser autora de uma série de atos dos quais resulta a sua responsabilidade empresarial moral por, conscientemente, terem gerado danos durante um longo período de tempo, tendo a capacidade de os evitar. Esta indústria é ainda responsável por promover deliberadamente mentiras e ações prejudiciais para proveito e enriquecimento próprios. As 100 empresas mais poluentes produziram mais de 70% das emissões globais de GEE (1988-2015) – sendo que 25 destas produziram 51% das emissões.

**Perda de Biodiversidade**

Em maio de 2007, em Potsdam, o Governo Federal Alemão e os G8 + 5 criaram o projeto apoiado pelas Nações Unidas (ONU) ‘The Economics of Ecosystems and Biodiversity’ (TEEB). Este projeto foi liderado por Pavan Sukhdev, Diretor Executivo da divisão de Mercados Globais do Deutsche Bank, subordinado à filosofia de que “não se pode gerir o que não se pode avaliar”. Fazendo referência ao relatório Stern, o TEEB propôs uma série de abordagens económicas convencionais, incluindo uma avaliação monetária abrangente. Segundo o TEEB, a solução para os

problemas ecológicos que enfrentamos é definir os ecossistemas e a biodiversidade segundo um conjunto de indicadores de “sustentabilidade” que complementem os já familiares indicadores de crescimento do PIB e de lucro empresarial. Em vez de se opor a essa redução da natureza a dinheiro, ecologistas e biólogos da conservação juntaram-se a economistas ortodoxos para a promover.

Em 2008, a agência internacional Grupo de Trabalho sobre Estatísticas para o Desenvolvimento Sustentável colocou grande ênfase na “abordagem de capital”, discutindo repetidamente a necessidade de se ser “prático”. O pressuposto básico é que tudo pode ser avaliado de forma comparável e depois somado. Implícito nesta abordagem está também a possibilidade de trocar uma coisa por outra: capital social (a conectividade entre pessoas), capital natural (espécies, ecossistemas), capital cultural (monumentos), capital fixo (maquinaria) e capital humano (educação). O pressuposto de que todos estes valores podem ser avaliados numa mesma base e equacionados – tornados comensuráveis – é central à abordagem capitalista do meio ambiente.

Em outubro de 2010, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) apoiada pela Rio Tinto, Empresa de Desenvolvimento Industrial, a JP Morgan Chase & Co., o Uni Credit Group, o Credit Suisse, o Citigroup, o Barclays, o Bank of America Merrill Lynch, entre outros, publicou o *Demystifying Materiality: Hardwiring Biodiversity and Ecosystems into Finance*<sup>3</sup>. Já não se trata de demonstrar que a natureza tem um valor que é mensurável, a nova mensagem era que o seu valor poderia ser “capturado”. Como?

Ideias como os sistemas de comércio de emissões poderiam ser expandidas com instrumentos inovadores criados pelos mercados financeiros. Nos EUA, “créditos de espécies ameaçadas” fornecem às empresas certificados transaccionáveis para compensar os seus impactos negativos sobre espécies e habitats ameaçados. Estabeleceu-se também um banco de zonas húmidas, permitindo a empresas e indivíduos com empreendimentos ou projetos de expansão agrícola que ameaçassem ou destruíssem ecossistemas de zonas húmidas, compensar esses danos através de pagamentos chamados créditos ambientais. O conceito de ‘bio-banking’ foi criado em New South Wales, na Austrália em 2006, permitindo que os empreendedores comprassem créditos – criados pelo melhoramento de outras áreas (por exemplo, áreas anteriormente degradadas por construção) – para compensar os impactos negativos sobre a biodiversidade de um novo empreendimento. A ideia básica de todos estes esquemas é compensar ações destrutivas e prejudiciais num dado momento e lugar, por ações positivas supostamente equivalentes que ocorrerão noutro lugar e noutro momento. Frequentemente, a ação positiva é uma promessa futura e o dano uma realidade presente.

Há muito dinheiro envolvido nestes sistemas, com o mercado de créditos de zonas húmidas dos EUA estimado em 1,1 a 1,8 mil milhões de dólares logo em 2010. Acabaram-se as preocupações com a proteção absoluta e com as regulamentações irritantes – sobram apenas oportunidades de transação, de criação de novos instrumentos financeiros e de formas de ganhar dinheiro. Não se trata de proteção ou conservação da biodiversidade, mas de procurar remover regulamentação e restrições aos empreendimentos.

### Novos Ambientalistas?

Em 2019, os apelos para ‘mudar o sistema, não o clima’ ganharam terreno devido à Extinction Rebellion (XR) e às greves estudantis do FridaysForFuture (FFF) lideradas por Greta Thunberg. Esses novos movimentos ambientais regresam à linguagem simples e emotiva dos anos 1960. Enfatizam a crise ecológica, a extinção massiva de espécies e as alterações climáticas decorrentes da atividade humana, como “emergências” para as quais a ação é “urgente”. Apesar disso, os novos ativistas ambientais ainda não abordaram substancialmente a estrutura

### Os novos ativistas ambientais ainda não abordaram substancialmente a estrutura do sistema económico, das suas instituições empresariais dominantes, dos processos políticos que o mantém, nem, de forma realista, como um tal sistema de economia política pode ser transformado.

do sistema económico, das suas instituições empresariais dominantes, dos processos políticos que o mantém, nem, de forma realista, como um tal sistema de economia política pode ser transformado.

Líderes políticos neoliberais e o Fórum Económico Mundial (WEF), comumente conhecidos como a elite de Davos, têm recebido Greta e promovido o seu discurso – o que levanta a questão de perceber o que esperam alcançar fazendo-o. Greta pediu um novo sistema político que não esteja submetido à concorrência de mercado, uma nova economia e uma nova forma de pensar que inclua viver dentro dos limites planetários, partilhar recursos e lidar com a desigualdade. Numa entrevista à *Rolling Stone*, Greta afirmou que as grandes empresas devem ser responsabilizadas por intencionalmente infligir danos que considerou “crimes contra a humanidade”. Mas estas declarações permanecem gerais e pouco específicas. A crítica ambiental e os apelos sem substância a mudanças no sistema estão sujeitos a ser manipulados, desviando-os da necessária reforma radical e revolucionária.

Grandes empresas, governos pró-crescimento e burocratas adotaram já os apelos de ação urgente do FFF e do XR para defender uma série de ‘pactos’ ambientais, como o ‘Pacto Verde’ da Comissão Europeia (CE), o ‘Novo Pacto para a Natureza’ do PNUMA<sup>4</sup> e o ‘Novo Pacto Verde Global’<sup>5</sup> da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, afirmou: “Apoiado por investimentos em tecnologias verdes, soluções sustentáveis e novos negócios [...] o Pacto Verde Europeu é a nossa nova estratégia de crescimento. Ele ajudar-nos-á a reduzir emissões enquanto criamos empregos”. Típico de todos estes ‘pactos’ são as reivindicações de coordenação e organização das partes interessadas, tendo a sociedade civil e o governo trabalhado com, ou mais precisamente para, a ‘indústria’, com promessas de crescimento económico, empregos e estabilidade climática. Ideias semelhan-

tes são apresentadas sob o termo “capitalismo das partes interessadas”, o tema de Davos 2020. Nesta “nova” era de capitalismo corporativo verde, as ONGs continuam a desempenhar o seu papel.

As grandes empresas têm o seu plano de jogo bem definido. Foram aconselhadas por empresas de relações públicas a não se opor, mas antes a cooptar os seus oponentes – dividir para reinar – e a sua linguagem. As ONGA foram alvos deliberados de estratégias empresariais tendo, em vários casos, sido capturadas ao nível da direção. Algumas ONGA americanas têm conselhos de administração em que 60% a 70% dos membros são ou foram diretores de grandes empresas transnacionais (por exemplo, a The Nature Conservancy (TNC), a Conservation International, a WWF-EUA). Outros, incluindo a National Wildlife Federation, o Sierra Club e o Natural Resources Defense Council, tiveram as suas ações prejudicadas pela captura empresarial e conformaram-se com os princípios básicos do neoliberalismo. As incursões dos interesses empresariais na conservação são profundas.

**As ONGA foram alvos deliberados de estratégias empresariais tendo, em vários casos, sido capturadas ao nível da direção. Algumas ONGA americanas têm conselhos de administração em que 60% a 70% dos membros são ou foram diretores de grandes empresas transnacionais (por exemplo, a The Nature Conservancy (TNC), a Conservation International, a WWF-EUA).**

**O think tank InfluenceMap relatou que, desde o Acordo de Paris, as cinco maiores empresas de petróleo do mundo gastaram mil milhões de dólares campanhas de ‘esverdeamento’. Tal não os impediu de minar a legislação ambiental e de estabelecer novos patamares para a produção de petróleo.**

Entre as ONGA neoliberais, destaca-se a TNC, com uma receita de \$1,3 mil milhões de dólares, e cujo presidente e CEO até 2019 foi Mark Tercek, ex-Diretor Geral da Goldman Sachs. Tercek trabalhou com o ex-Vice-Presidente da TNC, Peter Kareiva, para promover o capitalismo como natural e repreender os biólogos conservacionistas por não se aliarem às grandes empresas. Kareiva tem sido a chave do projeto ‘capital natural’ da Universidade de Stanford. Num revivalismo do darwinismo social, Kareiva chegou até a afirmar que as grandes empresas são uma espécie essencial!

Que o WWF foi capturado pelo capitalismo empresarial tornou-se evidente quando Pavan Sukdev se tornou seu presidente em 2017. Em cooperação com a UNEP FI, lançou recentemente “The Net Zero Asset Alliance” para defender que as emissões de GEE podem ser compensadas, que as grandes empresas têm neutralidade carbónica e que são ambientalmente responsáveis. Este gabarolice é liderada por proprietários de ativos avaliados em mais de \$2 milhões de milhões de dólares, numa rede que controla \$4 milhões de milhões de dólares. Juntando-se a Sukdev na frente da ‘Aliança’ está Christiana Figueres, ex-Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Figueres faz agora parte da equipa B, dirigida pelo bilionário corporativo Richard Branson, do Virgin Group, uma organização que inclui Yolanda Kakabadse, ex-Presidente do WWF.

As grandes empresas e os seus proprietários bilionários promovem o crescimento da economia como verde, circular, inclusivo, sustentável e inteligente. O *think tank* InfluenceMap relatou que, desde o Acordo de Paris, as cinco maiores empresas de petróleo do mundo gastaram mil milhões de dólares campanhas de ‘esverdeamento’. Tal não os impediu de minar a legislação ambiental e de estabelecer novos patamares para a produção de petróleo. A verdade é que as políticas brandas combinam bem com o *lobby* e os patrocínios políticos, o controle da comunicação social, o financiamento da negação das alterações climáticas e de grupos de reflexão anti-ambientais, e os ataques pessoais a cientistas. Uma linha mais dura procura a cooperação de forças de segurança governamentais para alvejar diretamente manifestantes e ativistas, e os sujeitar a perseguição policial e brutalidade, vigilância, infiltração, repressão e classificação terrorista. Nalguns países, os ativistas ambientais estão ainda sujeitos a assassinatos<sup>6</sup>, especialmente se se opõem ao crescimento económico e ao “desenvolvimento”.

Uma reivindicação predominante é que “o sistema” pode ser “ajustado” para lidar com crises sociais, ecológicas e económicas sem ser necessário remover estruturas empresariais ou capitalistas e muito menos o imperialismo global que estas criaram sob a financeirização desregulada e o pretexto do comércio “livre”. A destruição ambiental pode ser transformada num ativo financeiro transacionável. Numa lógica estranha e distorcida, o domínio humano e a sua destruição do meio ambiente através da tecnologia e da industrialização passa de negativo a positivo. A economia de crescimento que acumula capital deixa de ser a causa das crise socioecológica para passar a ser a resposta! Se os novos ambientalistas quiserem evitar uma passiva revolução capitalista neoliberal, terão de ser claros e específicos sobre o que querem obter e sobre contra quem se posicionam. ■■

